



Lutos e lutas por justiça: relatos de uma mãe sobre a morte de seu filho em virtude da ação violenta do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

ENTREVISTA COM

Ana Paula Oliveira

Movimento Mães de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil

REALIZADA POR

Renata Tavares da Silva Guimarães

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Apresentações, tragédias e lutas

Renata: Olá, eu sou Renata Tavares e gostaria de iniciar essa entrevista, lembrando que temos vivido no estado do Rio de Janeiro uma intensificação de ações de policiais em favelas, comunidades e bairros da Baixada Fluminense. Reportagens de diferentes fontes¹ têm relatado constantes casos de mortes durante essas ações. São as chamadas “balas perdidas”, chacinas, linchamentos que acabam por tirar a vida de crianças, jovens e adultos moradores desse território. Tais mortes fazem com que, de forma geral, mulheres se unam a tantas outras mulheres para lutar coletivamente por justiça e pelo fim do genocídio da população desses territórios². Essas mulheres têm construído redes de solidariedade para apoiar familiares vítimas da violência do estado³. É nesse contexto que temos a honra de entrevistar Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha de Oliveira Lima, assassinado em 2014 por um policial da Unidade da Polícia Pacificadora de Manguinhos (UPP), favela da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Ela é fundadora do movimento Mães de Manguinhos. Ana Paula, agradecemos muito por você ter aceitado o nosso convite e gostaríamos de saber mais sobre você e sobre suas lutas.

Ana Paula: Eu sou moradora da favela de Manguinhos, uma favela que fica situada aqui na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Eu nasci e fui criada e moro até hoje em Manguinhos. Eu sou mãe de dois filhos, um menino e uma menina. Meu filho primogênito, Johnatha, tinha 19 anos quando foi assassinado, em 2014, por um policial militar, que já tinha sido preso um ano antes por outros crimes, acusado de outros crimes. Ele respondia por triplo homicídio e duas tentativas de homicídio, e é a partir do assassinato do meu filho, no momento em que eu achava que eu não iria resistir e que eu iria morrer, foi o momento em que eu fui acolhida por outras mães. Eu só tinha certeza, que cada dia que ia passando, eu só tinha certeza de que eu precisava denunciar o que a polícia tinha feito com meu filho. Isso que foi me dando forças, né? Quase um mês depois, saio de Manguinhos para participar de um ato que estava acontecendo no Morro de Chapéu Mangueira. Nesse ato, eu conheci outras mães, Dona Izildete, uma mãe da baixada, que até hoje não encontrou seu filho, desaparecido do forçado, né? O filho da Dona Izildete, após uma abordagem policial, nunca mais foi encontrado. Conheci outras mães, que tiveram também filhos assassinados pela polícia. E ali, naquele momento, naquele encontro, foi o primeiro encontro meu com outras mulheres, com outras mães, e foi nesse momento que eu encontrei a resposta pra uma

1 Para saber mais, consultar: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/sob-claudio-castro-rio-tem-recorde-de-operacoes-policiais.shtml>>; <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/09/policia-faz-operacoes-em-comunidades-do-rj.ghtml>>; <<https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/313/a-falta-de-legalidade-das-operacoes-policiais-no-rio-de-janeiro>>.

2 No Brasil, a cada 23 minutos morre um jovem negro e 75,7% de todas as pessoas assassinadas são negras. Para saber mais, acesse: <[https://wikifavelas.com.br/index.php/Racismo_na_Favela:_Como_os_Moradores_Entendem_o_Preconceito_Racial_\(artigo\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Racismo_na_Favela:_Como_os_Moradores_Entendem_o_Preconceito_Racial_(artigo))>.

3 De acordo com o Grupo de Estudos Novos Ilegalismos (GENI), os principais movimentos criados no Rio de Janeiro contra a ação violenta do Estado são: Mães de Acari (1990), Candelária Nunca Mais! (1993), Movimento Posso Me Identificar? (2003), Movimento Moleque (2003), Rede Contra Violência (2004); Casa Mãe Mulher (2011); Fórum Grita Baixada (2012); Coletivo Mães de Manguinhos (2013); Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado (2016); Frente Estadual pelo Desencarceramento (2017); Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense (2017); Parem de Nos Matar (2019); Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) (2019); ADPF das favelas (2020); Fórum Popular de Segurança Pública (2022). Disponível em: <[https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_e_criação_de_movimentos_sociais_de_mães_no_RJ_\(linha_do_tempo\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_e_criação_de_movimentos_sociais_de_mães_no_RJ_(linha_do_tempo))>. Acesso em: 13 nov. 2023.

pergunta que eu tanto fazia. Por que a polícia matou meu filho? Por que a polícia matou meu filho? E, quando eu olho para aquelas mulheres, eu encontro essa resposta. Quando eu vejo as fotos dos filhos nas camisas dessas mães, eu também encontro a resposta. Que eram mulheres negras, moradores de favelas, da Baixada Fluminense, moradoras de periferia. E as fotos dos filhos nas camisas, também eram jovens negros. Então, eu começo a refletir sobre isso, pensar sobre isso e também ouvindo as histórias que se repetiam. Eu comecei a entender que nossos filhos foram mortos pela cor da pele, nossos filhos foram mortos pelo lugar onde moravam. E isso vai também nascendo uma revolta muito grande dentro de mim, a partir desse entendimento. E isso foi me dando mais força para lutar. Nesse momento, já existia o movimento Mães de Manguinhos, porque assim que o Johnatha é assassinado, eu sou amparada pela Fátima Pinho, que também tinha tido um filho assassinado sete meses antes do meu filho, aqui em Manguinhos, e a Fátima acaba se tornando uma das principais testemunhas para o assassinato do Johnatha. Quando a minha irmã vai até a rua onde o Johnatha foi baleado, a minha irmã encontra a Fátima, encontra outras mulheres. São essas mulheres que prontamente se disponibilizam em ir até a delegacia para relatar o que tinha acontecido. A partir daí, eu conheço a Fátima. Uma segura na mão da outra e a gente fala: “vamos juntas, vamos buscar justiça pelos nossos filhos”. E assim surge o movimento Mães de Manguinhos, muito nesse sentido de lutar, de buscar a justiça pelos nossos filhos. Mas a gente acaba tendo que acolher outras mães, porque um mês depois do assassinato do Johnatha, outro jovem foi assassinado aqui em Manguinhos por policiais da UPP de Manguinhos também. Quer dizer, sete meses depois do assassinato do filho da Fátima, ela estava ali, mesmo parando. Um mês depois do assassinato do Johnatha, eu estava tendo que amparar uma outra mãe. O movimento vem nessa pegada de acolher, mas também de orientar, de encaminhar para as instituições de justiça. Mas acima de tudo, também fazer formação política com essas mulheres, que precisam ter o entendimento do porquê essa violência atinge nossos corpos, nossos filhos, por que são as mulheres pretas que estão perdendo seus filhos, por que as mulheres pretas, que após essa violência, após a perda de seus filhos, são as mulheres pretas que estão adoecendo e morrendo. É preciso ter esse entendimento até para buscar essa justiça.

Crianças, violências e territórios

Renata: É difícil, né? Difícil. E nesse encontro vocês acham forças para ainda lutar por justiça. E você fala desse sentimento de revolta, dessa sede por justiça. Como que você vê isso no seu cotidiano com as crianças e jovens do território, da favela onde você mora, Ana Paula?

Ana Paula: As crianças, infelizmente, já crescem no ambiente de violência, e uma violência propagada pelo próprio Estado. São primos, irmãos, amigos de infância, que se deparam de uma hora para outra, com essa violência dentro das suas famílias, das ruas onde moram. Não só as mães perdem, não só as mães adoecem, não só as mães sentem, mas os filhos também, os irmãos, os primos, os amigos, os vizinhos. As crianças crescem com esses traumas, com todos esses traumas. Porque, quando o Johnatha foi assassinado em 2014, o meu sobrinho mais velho tinha apenas 12 anos, e meu sobrinho estava na *lan house*, quando começaram a gritar: “o seu primo foi baleado”. Ele sai de dentro da *lan house* e já vê as pessoas carregando o primo dele baleado, sabe? São traumas, dores, que vão ser para a vida toda. E não tem um amparo, né? Nem a mãe, nem ninguém da família recebe um amparo psicológico, de cuidados com a saúde. Pelo menos, naquela época lá, quando o Johnatha foi assassinado, a minha filha tinha 10 anos de idade, eu sofri muito, porque eu não sabia nem lidar com a minha dor, imagina lidar com a dor de uma criança que tinha acabado de perder o irmão, e estava ali, sem a melhor parte da mãe dela para ela. Foi um momento muito difícil, doloroso

também, porque eu levava a minha filha para a escola, ela agarrava no portão da escola, chorava, e depois de muito sacrifício, às vezes com a ajuda dos funcionários da escola, conseguia deixar ela dentro da escola. Mas, mal chegava em casa, já recebia a ligação da escola para eu ir buscar a Maria Paula. As escolas também não estão preparadas. Os profissionais não estão preparados para lidar com essas situações de violência. Eu acho que nos espaços escolares precisam ter essa formação também, precisam ter psicólogos, terapeutas dentro das escolas, porque as crianças que moram nos territórios de favela são crianças que diariamente sofrem essa violência e precisam ser cuidadas. E, assim, na época, a Marielle fazia parte da Comissão Direitos Humanos da Alerj⁴. Eu lembro que a Marielle me amparou, amparou minha família e nessa época ela mandou uns dois ofícios, em nome da Comissão Direitos Humanos da Alerj, para o posto de saúde que fica mais próximo da minha casa, pedindo atendimento para minha filha. O posto de saúde alegou, primeiro, que não tinha psicólogo; depois que a psicóloga estava de férias; depois a psicóloga voltou de férias, mas não tem material para atender criança. Então é bem complicado tudo isso, sabe? E as crianças já crescem tendo que aprender táticas de proteção e de se proteger quando estão dentro das escolas. A gente vê as crianças quando são preparadas, treinadas para quando ouvir tiros, quando estão dentro das escolas, se abrigar, procurar local seguro, se abaixar embaixo das carteiras. Isso tudo causa um grande trauma. Fora que as crianças também são muito prejudicadas com relação à suspensão das aulas, quando têm tiroteios. Elas perdem conteúdos que jamais vão ser repostos. Essa violência de Estado, essa violência policial, ela atinge as crianças e adolescentes de todas as formas, na área da saúde, da educação. É bem difícil tudo isso!

Movimentos de mães e importantes parcerias

Renata: E dentro desse contexto, onde faltam ações do Estado – temos a intensificação das ações policiais, mas faltam ações no conjunto da educação, no conjunto da saúde, como você acabou de pontuar, são pouquíssimos psicólogos, quando têm, (faltam) psiquiatras. Nós temos uma rede que ainda demanda um número muito maior de contratação, que de fato dê conta da sua população, diante de todo esse contexto difícil. Como o coletivo, mãe de Manguinhos, tem buscado justiça? Como que vocês têm atuado? Como que vocês têm conseguido apoiar as outras mães exatamente no lugar onde faltam tantas ações do Estado, nesse sentido?

Ana Paula: Falta ação do Estado no sentido de cuidar, de trazer políticas públicas que realmente nos beneficiem. O Estado está muito presente, sim, dentro das favelas, mas de uma forma muito negativa. Ele só está presente através de seu braço armado, que no caso são as polícias. E a gente vai se reinventando. O movimento Mães de Manguinhos foi algo que não foi pensado. Foi algo que nasceu da dor e da vontade de buscar por justiça e da necessidade também de abraçar outras mulheres, outras mães, outros familiares. E assim a gente vai se cuidando, uma das outras. A gente percebeu que a gente se sentia mais fortes, mais seguras, quando estávamos juntas. Então, o movimento Mães de Manguinhos, ele acaba também saindo de Manguinhos para acolher outras mães e outras favelas, não só do RJ, porque também com a internet a gente consegue conversar com mães de outros Estados. Então, uma fica sabendo que vai acontecer uma audiência. Então, a gente se organiza para estar junto naquela data. A gente compartilha, mobiliza outras mães, outras pessoas, os apoiadores.

4 Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – Alerj.

Porque é importante não deixar essa mãe sozinha no dia da audiência. A gente procura também, quando tem que ir ao Ministério Público, ou até mesmo na própria Defensoria, a gente procura nunca estar sozinha, nunca deixar a mãe sozinha, a gente procura sempre estar juntas, então a gente vai dessa forma se cuidando, se ajudando e se fortalecendo. A gente se sente realmente mais forte quando nós estamos juntas, sabe? Às vezes uma mãe que já está há muito mais anos nessa luta e que inclusive houve até o julgamento do filho, mas ela vai ali naquele lugar, vai participar da mobilização, dar força para a mãe mais nova que está chegando, não deixa desistir. Fala quantos anos ela precisou estar naquela luta, mas que conseguiu. Então, a gente vai se inspirando nas outras mães, que já estão há mais tempo que a gente nessa luta, a gente vai aprendendo muito, ouvindo, com as mães dos outros estados também, como o Movimento das Mães de Maio de São Paulo, que é um movimento que muito inspirou o Mães de Manguinhos, que a gente tem uma grande parceria. E aí quando chega, aparece um novo caso, geralmente as pessoas já conhecem, os moradores, ou até mesmo o pedido de ajuda pelas próprias redes sociais, Instagram, Facebook, das Mães de Manguinhos, a gente recebe pedidos de ajuda de outras mães. Têm mães em outros estados que mandam mensagens para a gente perguntando se lá no estado dela a gente conhece algum grupo de mães igual o nosso, sabe? E às vezes a gente não sabe, mas a gente vai procurando com as outras mães, pergunto muito para a Débora Silva, que é do movimento das Mães de Maio de São Paulo. As mães vão procurando para poder conectar essa mãe desse estado com algum grupo de mães existentes naquele lugar. A gente vai se mobilizando também na construção de políticas públicas, né? A própria RAV, que é uma Rede de Atenção às Violências, (que auxilia) familiares de vítimas da violência do estado está aí lançada agora em setembro. É uma rede com vários psicólogos, terapeutas, foi uma demanda também das mães e dos familiares. A gente também acaba construindo políticas públicas que nos atendam.

Renata: Quais são as principais parcerias do coletivo Mães de Manguinhos na atualidade?

Ana Paula: Tem parceria com vários outros movimentos de mães, né? As Mães de Maio de São Paulo⁵, tem as Mães do Ceará, da Chacina de Mesejana⁶, tem as Mães do Jacarezinho⁷, que é o movimento de mães que formou agora, pouco tempo após a Chacina do Jacarezinho (em 2021). As Mães da Maré⁸, que é um movimento também, que a gente está sempre junto e tal. Tem o Movimento Moleque⁹ e muitos outros movimentos que vieram até antes de nós e que nos acolheram, e outros movimentos nasceram depois da gente, como por exemplo as Mães Sem Fronteiras do Chapadão. É o movimento de mães que se formou após uma mãe encontrar a gente na porta do Tribunal de Justiça. Estávamos lá fazendo uma mobilização por causa de uma audiência que estava acontecendo. Uma mãe estava chegando para a

5 Mães de Maio de São Paulo. Para saber mais, consultar: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

6 Mães do Ceará, da Chacina de Mesejana. Para saber mais, consultar: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/chacina-de-messejana-como-tudo-comecou-1.1592831>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

7 Mães do Jacarezinho. Para Saber mais, consultar: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-09/28-mulheres-condenadas-a-enterrar-seus-filhos-em-pleno-dia-das-maes.html>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

8 Mães da Maré. Para saber mais, consultar: <<https://mareonline.com.br/maes-das-vitimas-de-violencia-armada-na-mare-pedem-fim-do-combate-aos-corpos-pretos-e-favelados/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

9 Movimento Moleque. Para saber mais, consultar: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Movimento_Moleque>. Acesso em: 14 dez. 2023.

primeira audiência do caso do filho dela, Glaucia, que é uma mãe lá do Chapadão, e aí ela vê aquelas mães ali todas reunidas, e ela fala: “poxa, será que eu também poderia falar?” A gente estava com megafone na porta do Tribunal de Justiça, ali na frente, que a gente faz esse ritual de levar as bandeiras, vestir as camisas e falar o porquê da gente estar ali naquele dia. E aí essa mãe desce do ônibus, se encontra com a gente e fala: “eu também preciso falar, o meu filho, também foi morto pela polícia. Estou chegando aqui hoje só com a minha irmã. É a primeira audiência do caso do meu filho, que bom que eu encontrei vocês”. E ali todo mundo se abraça, dá aquele abraço coletivo e a Glaucia fala: “eu agora não vou mais parar, tô me sentindo mais forte. Vou voltar para o Chapadão e vou atrás de outras mães que também perderam os filhos”. Aí nasce o movimento Mães Sem Fronteiras do Chapadão. Então, são coisas que vão dando sentido também para a gente seguir firme nessa luta. Logo depois, a Glaucia fez um chá da tarde lá com as mães e aí chamou as mães; ela já tinha conseguido encontrar outras mães. Chamou o Movimento Moleque, Mães de Manguinhos, Rede Contra a Violência, chamou mães de vários movimentos para estarem lá, conhecendo as Mães do Chapadão, que ela também foi em busca. E, fora as parcerias dos movimentos, existem também algumas organizações que também são parceiras, que nos apoiam como Anistia Internacional, o próprio Instituto Marielle Franco, Criola. São organizações que, de alguma forma, apoiam as mães e os familiares de vítimas da violência do Estado. A Justiça Global são várias organizações que acompanham os casos, que acompanham as mães, inclusive quando a gente vai para o tribunal, sempre tem um representante dessas instituições lá, acompanhando as mães e os familiares, vendo no que podem ajudar, ou enviam um advogado. Tem as Mães da Chacina do Curió¹⁰. A gente já participou de alguns encontros em outros estados, onde a gente pode estar, junto com essas mães, participando de atos lá. Tem as Mães de Salvador, as Mães de Maio do Nordeste¹¹. Uma das mães é a Rute Fiúza, teve o filho dela, o Davi Fiúza. Se eu não me engano, Davi tinha 16 anos de idade e desapareceu após uma abordagem policial. Até hoje o Davi não foi encontrado. São muitas mães, são vários movimentos de mães que existem por todo o Brasil, e a gente vai se conectando, vai conhecendo aos poucos, vai aprendendo umas com as outras também, isso é muito importante. A gente erguia um púlpito com os nomes dos meninos. A gente tem essa camisa e tem uma bandeira também, que a gente leva para os lugares. Em 2016, inclusive, com a presença da Marielle Franco, ela estava sempre aqui com a gente, sempre nos atos, nos acompanhou na CPI dos Autos de Resistência¹², na Alerj. Quando a gente fazia algum ato aqui, em Manguinhos, ela sempre estava, a gente convidava, ela vinha. E no 2016, ela estava aqui na inauguração desse memorial que nós fizemos, tem uma placa com o nome dos meninos, dos nossos filhos. E agora, lá no memorial, também tem uma placa com o nome da Marielle, das mulheres guerreiras que lutaram com a gente. Então, tem o nome da Marielle, tem o nome da Janaína, que é uma das Mães de Manguinhos, que

10 Mães da Chacina do Curió. Para saber mais, consultar: <<https://apublica.org/2023/11/maes-do-curio-lutam-por-justica-para-as-vitimas-da-maior-chacina-policial-do-ceara/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

11 Mães de Maio do Nordeste. Para saber mais, consultar: <<https://expoemluta.wixsite.com/mapaemluta/maes-de-maio-do-nordeste>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

12 De acordo com Souza (2010), a categoria policial de ‘Auto de Resistência’ ou, em outros estados, de ‘Resistência seguida de morte’ não tem tipologia legal. A figura do ‘Auto de Resistência’ contribui para descaracterizar um homicídio doloso, que é a tipificação legal de uma morte em confronto policial, independentemente das causas de exclusão de ilicitude. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi instaurada em 2015, para investigar os autos de resistência no RJ, sugerindo a responsabilização de todas as instituições envolvidas na segurança pública do Estado.

acabou falecendo após a perda do filho. Tem também o nome da Vera Lúcia, que é uma das fundadoras do movimento das Mães de Maio de São Paulo. Todas elas, as três faleceram em 2018. A Marielle foi assassinada, e essas duas mães (morreram de) parada cardíaca, problemas no coração, estavam bastante deprimidas, estavam com depressão, e acabaram falecendo. Então, a gente fez uma plaquinha e colocamos lá, também junto com os nomes dos meninos. Então, tem o memorial e a gente viu esse memorial sendo erguido lá no Morro do Borel (Tijuca/RJ). A gente foi em um ato organizado pelas mães do Movimento Posso Me Identificar?¹³. São mães. A Dalva, que é uma das fundadoras desse movimento, teve o filho assassinado com outros meninos lá no Borel. Os moradores que foram testemunhas alegam que os meninos tiraram a carteira de trabalho da mochila, querendo se identificar, querendo mostrar pros policiais, mesmo assim não tiveram tempo de se identificar. Então, as mães criaram esse Movimento Posso Me Identificar? E a gente foi na inauguração, já há uns anos atrás lá no Borel, e a gente gostou da ideia. A gente falou que a gente precisa criar esses espaços de memória. É uma coisa também que a gente pede nesse projeto de lei. É um lugar de memória para os nossos filhos, que a gente acha importante. A gente vai criando em cada favela, os movimentos vão criando nos seus territórios alguns pontos de memória, mas é importante que isso vá para além, para fora das favelas. Porque, assim, as pessoas que não moram na história e que não conhecem essa realidade podem conhecer essas histórias. É um dos desejos de todos os movimentos de mães e familiares ter esse espaço de memória. Muitas pessoas falam que tem no Chile e em outros países.

Movimentos e esperança

- Renata:** Você sente, você sabe de alguma coisa que tem sido feita para prevenir casos como esse que aconteceu com seu filho, ou com os filhos de todas essas outras mães que você citou agora? Que mudança você gostaria de ver nesse sistema?
- Ana Paula:** Às vezes, dá um sentimento de impotência, parece que nada está acontecendo, sabe? Quando eu cheguei lá em 2014, eu conheci muitas mães e pais. Os casos estavam parados, como o caso do Maycon, filho do seu José Luis de Acari. Tinha dois anos e meio de idade quando foi morto pela polícia e onde a polícia levou que ele foi morto numa troca de tiros. E, assim, o caso do Maycon nem saiu da delegacia, ele prescreveu. Assim, porque eu achava que quando o caso do Johnatha saísse da delegacia, tivesse uma investigação e fosse para o Tribunal de Justiça, eu achava que lá eu ia encontrar a justiça. E eu me decepcionei muito. Quase um ano depois, quando aconteceu a primeira audiência do caso do Johnatha, eu me decepcionei demais com o sistema de justiça. Foi aí que eu conheci, eu nunca tinha entrado um Tribunal de Justiça, foi a primeira vez, em fevereiro de 2015, quando aconteceu a primeira audiência. Eu acho que o que mais tem acontecido em prol de mudanças é a luta das mães e familiares. Eu acho que se não tivesse a luta das mães e dos familiares de vítimas da violência do Estado, acho que as coisas estariam muito piores. A gente tem lutado muito por um outro sistema de justiça, porque esse sistema de justiça já mostrou para nós que é um sistema racista, é um sistema que tem dois pesos e duas medidas, não é igual para todos. A gente tem dado muitas palestras para estudantes do curso de direito, a gente sempre é muito convidada para isso, inclusive até mesmo para os próprios magistrados também. Eu acho que a gente precisa mudar esse sistema de justiça, ele precisa deixar de

¹³ Movimento Posso Me Identificar? Para saber mais, consultar: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_do_Borel_-_16_de_abril_de_2003>. Acesso em: 14 dez. 2023.

ser racista, porque eles não se veem na gente, não se enxergam na gente. Fora isso, tem várias coisas que a gente tem construído, como a própria ADPF-635¹⁴, a ADPF das favelas, onde vários movimentos de favelas se tornaram amigos da Corte. O movimento Mães de Manguinhos é um desses movimentos, que é Amigos da ADPF-635. É uma ADPF que foi criada para barrar as operações policiais durante a pandemia. Então foi um momento em que ficamos bastante felizes, porque as pesquisas mostraram, as mortes realmente diminuíram quando a ADPF foi realmente colocada em prática. Mas, infelizmente, logo em seguida, começaram os desrespeitos, a ADPF não foi mais respeitada. Fica difícil, porque uma decisão de um ministro da justiça não ser respeitada, imagina o que vai ser. Mas a gente também, esse ano nós estivemos em Brasília, com as Mães de Maio de São Paulo, com as Mães de Maio do Nordeste, Mães de Manguinhos, Mães da Maré, mães de outros estados que agora não consigo lembrar todos os nomes de movimentos. Mães de movimentos e mães que não fazem parte de movimento, mas que estão em movimento. Nós estivemos em Brasília para participar de uma audiência pública. Essa audiência pública foi presidida pela deputada Erika Hilton, onde nós apresentamos o Projeto de Lei 2999 de 2022¹⁵. É um Projeto de Lei construído com as Mães de Maio de São Paulo e também com o deputado Orlando Silva. Esse projeto de lei é um projeto de reparação para as mães e familiares de vítimas da violência do Estado, onde a gente pede a reparação imediata para as mães e familiares, (pretendemos) barrar essa política de segurança pública que assassina nossos filhos. A gente tem feito coisas e esse ano já aconteceram. Se lá atrás, quando eu comecei, quase não via um júri popular acontecer, só esse ano, que eu me lembro, que a gente foi também e participou para apoiar as famílias, já aconteceram três júris populares de casos e onde os policiais foram condenados.

Renata: 2023? Ana Paula, isso foi agora?

Ana Paula: Sim, esse ano, inclusive da Glaucia, que é essa mãe que eu te falei, que ela formou o movimento das Mães sem Fronteiras do Chapadão. Os policiais que assassinaram o filho dela, esse ano foram condenados, foram a júri popular e foram condenados. Do Cuca, que é o Luciano Norberto, mais conhecido como Cuca, é um companheiro nosso de luta, que teve o irmão assassinado no Morro da Coroa, acho que há 14 anos atrás, 13 anos atrás, onde depois do assassinato do irmão dele, a mãe dele adoeceu e morreu. O Cuca hoje que trava essa luta e esse ano, depois de 13 ou 14 anos, aconteceu o júri popular do irmão do Cuca. Alguns movimentos de mães estavam lá, ficaram lá, apoiando o Cuca, e os policiais foram condenados também no caso do irmão do Cuca. Agora, já no final do ano agora, eu recebi a informação de que o caso do Johnatha vai a júri popular no dia 2 de fevereiro de 2024. Também estou convocando todo mundo que puder estar junto nesse dia, poder mobilizar o máximo de pessoas para estar naquele tribunal, clamando por justiça, porque são muitos anos de luta, é muito tempo para uma mãe, para um irmão, para um familiar, ter que esperar tanto tempo, e a gente não espera parada, a gente espera lutando todos os dias. E a gente

14 A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 foi ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) com a pretensão de que fossem reconhecidas e sanadas graves lesões a preceitos fundamentais constitucionais, decorrentes da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro marcada pela “excessiva e crescente letalidade da atuação policial”. Disponível em: <<https://www.mprj.mp.br/adpf-635>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

15 A Lei 2999 de 2022 cria a “Lei Mães de Maio” que estabelece um Programa de Enfrentamento aos impactos da violência institucional e revitimização de mães e familiares das vítimas e/ou vítimas sobreviventes de ações violentas, por meio da atenção social integral. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2343051>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

luta sabendo que nossos entes queridos não vão voltar. A gente luta sabendo que a justiça para nós nunca vai acontecer, porque não vão devolver nossos filhos, nossos irmãos. Mas a gente luta para que outras mães, outras famílias não tenham que passar por essa violência, não tenham que sentir essa dor, não tenham que carregar esses traumas, por isso que a gente luta. E é nisso que a gente vai tendo sentido, vai vendo sentido para nossa vida, sabe? Tem muitas coisas que os movimentos de mães e familiares vem construindo, vem conseguindo, através dessa luta, apesar de quererem que a gente pense que não vai dar em nada, porque eu ouvi muito isso, né. Quando eu tive meu filho assassinado, logo no início, muitas pessoas falavam: “deixa para lá, não vai dar em nada, a gente vê a polícia matando todo dia, nada acontece”, mas como diz minha companheira de luta, Fátima Pinho, uma frase que ela falou para mim no dia da missa do 7º dia do Johnatha, ela falou: “eu nunca desisti do meu filho, não vai ser agora que eu vou desistir”. E ela me convocou, ela falou, vamos juntas lutar pelos nossos filhos. E aí, como estamos aí até hoje lutando, não só pelos nossos filhos, mas pelos filhos de muitas outras mulheres pretas, de muitas outras mulheres de favela. A gente sabe que é uma maioria de mães pretas, mas têm mães brancas também perdendo seus filhos, pelo fato de morar em um território, majoritariamente, de pessoas negras, né, onde a polícia chega matando, violando os direitos. Então, a gente tem lutado por outros filhos, por outras mães, é isso que a gente tem feito, e é isso que tem dado sentido para as nossas vidas. A gente queria muito que as crianças crescessem sorrindo, sem medos, sem traumas, sem ter que aprender a se proteger dos tiros, sabe, sem ter que estar jogando bola ou estar numa pracinha e presenciar pessoas sendo mortas, baleadas. E, geralmente, são pessoas próximas, porque todo mundo se conhece, né, e isso é muito difícil, e aí são traumas, são revoltas, que vão também crescendo, né, dentro das pessoas.

Renata: Ana Paula, eu não tenho essa vivência que você tem, que você compartilha. É a sua história, a intensidade com que te toma isso é muito viva, ela é real, ela é presente, ela é atual, e você dá esse fio de esperança agora para quem lê essa entrevista, ao dizer que surgiu essa janela, que vai manter um júri popular no caso do Johnatha, eu vou te confessar que eu respirei em fundo agora. Para quem não conhece, Ana Paula indicou antes dessa entrevista, dois documentários: “Auto de Resistência¹⁶” e “Cada luto é uma luta¹⁷”.

Ana Paula: E tem o (documentário) *A troca de nada*¹⁸, que inclusive agora, nesse momento, está tendo um debate lá em São Paulo, com uma das mães de vítimas da Chacina do Jacarezinho. Sandra Gomes está lá em São Paulo nesse momento, debatendo esse documentário, que é do diretor Patrick Granja. Na segunda-feira, agora, no feriado que foi o dia da Consciência Negra, nós fomos convidadas para assistir e depois em seguida debater a peça que se chama *Ninguém sabe o meu nome*¹⁹. É um monólogo escrito e interpretado pela atriz Ana Carbate, onde ela conta a angústia de uma mãe negra, que tem medo de perder o seu filho, por conta do racismo estrutural, institucional, existente em nosso país, por conta dessa violência policial que tem como alvo os jovens pretos, as crianças pretas, os corpos pretos em geral, seja de crianças, de mulheres, de adolescentes. Então, essa peça foi o encerramento esse ano, mas

16 Documentário: **Auto de resistência**. Disponível em: <<https://vimeo.com/530748779>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

17 Documentário: **Cada luto é uma luta**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qDyyoYgYsaY>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

18 Documentário: **A troca de nada**. Disponível em: <<https://www.katufilmes.com/a-troco-de-nada>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

19 Peça de teatro: **Ninguém sabe o meu nome**. Direção: Inez Viana e Isabel Cavalcanti. Texto: Ana Carbatt. Rio de Janeiro: Kawaida Cultural e SESC-RJ, 2023.

é uma peça que está rodando o Brasil e a Ana e a produção dela convidaram as mães para assistir e no fim da peça chamou, convidou duas mães para debater sobre a peça.

A luta é de todos nós: sociedade, academia e estado

Ana Paula:

Eu acho que é isso, acho que todas as pessoas devem encontrar um meio de estar junto nessa luta, um meio de dar visibilidade ao que está acontecendo, porque a gente precisa gritar. Acho que já passou da hora disso parar. A gente sabe que isso não é de agora, que a gente ainda vive num regime escravocrata, onde as mães pretas continuam tendo seus filhos retirados do seu convívio, assim como acontecia lá atrás, que as mães pretas eram impedidas de amamentar seus filhos, porque tinham que amamentar os filhos dos brancos, dos senhores de engenho. Enquanto isso, seus filhos morriam de inanição, morriam porque não podiam se alimentar do leite materno da própria mãe. Então, isso ainda hoje acontece e a gente tem que denunciar isso, a gente tem que falar sobre isso e a gente tem que convocar toda a sociedade para estar nessa luta contra esse racismo existente no nosso Brasil. Esse racismo que está totalmente estruturado na política de segurança pública, no sistema, em todo o sistema, então a gente tem que lutar contra isso, porque é uma geração de crianças, de jovens, de pessoas que estão sendo disseminadas (dizimadas) e não é qualquer pessoa, são os corpos pretos, isso precisa ser dito. Então, a gente precisa lutar contra isso e essa luta não pode ser só no povo preto, essa luta não pode ser somente das mães das favelas que diariamente têm seus filhos encarcerados, mortos, desaparecidos forçados. Essa luta é dever de toda uma sociedade.

Renata:

Como você acha que a sociedade e a academia podem ser mais solidárias e ativas na luta contra a violência policial, contra esse racismo estrutural que tem feito esse genocídio à população preta, principalmente nas favelas, na Baixada Fluminense, nas comunidades, nos bairros periféricos de todo o Brasil?

Ana Paula:

Tem que acontecer uma construção conjunta, a academia tem que estar cada vez mais próxima da favela e a favela também tem que estar dentro da academia, tem que estar dentro das universidades, cada vez mais. Acho que deve se abrir espaços para os nossos filhos e para os irmãos que perderam (alguém da família). Tem que ter projetos voltados para essa molecada da favela dentro da academia, espaço também para as mães, intercâmbios, eu acho que é muita coisa que pode se fazer juntas, porque a academia tem o seu saber acadêmico, mas a favela também tem o seu saber da vivência, a gente também produz conhecimentos, isso tem que ser reconhecido e respeitado, e quando se chama uma mãe para ir para dentro de uma universidade, para dar uma palestra, essa mãe não tem que ser vista como a coitadinha que está indo ali, chorar e relatar, não, ela está produzindo conhecimento, ela está compartilhando conhecimento e isso tem que ser visto dessa forma. Importante mesmo, sabe? Como qualquer outra pessoa que produz conhecimento, que constrói conhecimento e acho que é isso que a gente tem feito, é muita coisa que a gente produz, e que não tem reconhecimento, então acho que tem que ter. A academia tem que disponibilizar bolsas para as mães, para os familiares, para que tenha essa oportunidade de se produzir muita coisa junto. Acho que assim a gente vai ter melhores respostas do que a gente quer, porque a gente está ao mesmo tempo e porque também as mães, elas perdem a saúde, nós perdemos nossa saúde, perdemos nossos empregos, muitas vezes perdemos nossos companheiros, maridos e a gente perde muita coisa. A gente precisa também ter uma independência financeira, porque a gente também precisa se sustentar e a gente está diariamente na frente. Nós somos a linha de frente nessa luta. A maioria são mulheres e, geralmente, porque os homens estão sendo exterminados, os homens estão sendo

encarcerados e as mulheres que estão aí nessa busca, nessa luta por cuidar, por defender seus filhos, seus maridos, seus irmãos e a gente precisa também ter um respaldo, ter um retorno de tudo isso que a gente faz, ter esse reconhecimento que também a academia precisa não nos ver como objetos de pesquisa, mas como pessoas capazes de produzir conhecimento também. Por exemplo, quando acontece, está acontecendo uma operação policial, uma favela, as pessoas, as sociedades têm que se movimentar, se mobilizar, não ficar assistindo isso através da televisão, sabe, parado, não! Liga para o Ministério Público, porque não é o Ministério Público que tem obrigação de ver o que a polícia está fazendo? Então, tem que ligar para o Ministério Público e falar: “Olha, está acontecendo uma operação policial em Mangueiras, por quê? Qual o teor dessa operação?” Sabe, as pessoas têm que estar mais próximas da favela nesse sentido também. Estar junto das mães nos atos, nas audiências, principalmente porque é um momento muito difícil, porque essa mãe já levou anos na luta para chegar o dia de uma audiência e precisa de todo cuidado, de todo o apoio, de toda a força, porque é muito difícil, em cada audiência a gente tem que ouvir coisas mentirosas sobre os nossos filhos, é muito difícil para a gente, sabe. Então, a gente precisa de todo o apoio, de toda mão ali segurando a nossa mão, acompanhar o que a gente tem produzido, o que a gente tem feito, e a gente faz muita coisa, a gente faz tanta coisa que às vezes a gente nem consegue alimentar nossas redes, porque não temos assessores, somos movimentos de mães, não somos ONGs, nem organizações, eu acho que uma das coisas que eu também falo muito é do cuidado com a saúde mental das mães, das famílias, das crianças, em geral, né. O SUS, que o próprio SUS, que se criem políticas públicas para o SUS, para atendimento, para essas específicas, atendimento especializado para as crianças. Porque o que elas têm é um absurdo, uma criança de 10/8 anos perde um irmão e você vai procurar um atendimento e respondem para você que não tem, não tem um profissional ali da área de saúde capacitado para atender aquela criança. E aí o que vai acontecer, né? Tem muita verba para investir em caveirões, não falta verba para a segurança pública, acho que isso é uma coisa que a sociedade tem que questionar, porque o nosso dinheiro, é o dinheiro público, porque só tem verba para investir em política de segurança genocida, que só serve para matar e não tem dinheiro para investir na saúde, na educação, na cultura, no lazer das pessoas, né? Então isso está muito contraditório, mas a gente sabe quem é que vai acessar esses serviços públicos, né? Não são as pessoas de alto padrão, né? Quem acessa os serviços públicos, geralmente, é a população pobre, né? Periférica, então é um projeto, na minha opinião, no meu entendimento, isso tudo é um projeto muito bem arquitetado, né? E que está tudo entrelaçado, todas essas violências, a gente sofre violência em todos os sentidos. O assassinato dos nossos filhos, dos nossos maridos, dos nossos irmãos é o ápice da violência, mas a violência, principalmente contra as mulheres negras, ela acontece desde o nascimento, né? Eu mesma, quando eu fui ter a minha filha, fui parir minha filha, ela foi puxada por ferro, usaram fórceps, depois de eu ficar mais de 12 horas em trabalho de parto, sendo que o Johnatha já tinha sido um parto de cesariana. Eu tinha todos os dados ali, os laudos. Eu tinha as contrações, mas eu não tinha dilatação. Então, me deixaram lá, quanto puderam, e no final subiram em cima da minha barriga, mandaram eu fazer muita força, fazer umas respirações lá, depois usaram fórceps para poder puxar, tirar minha filha de dentro de mim. E, assim, eu não tinha entendimento de que eu tinha sofrido uma violência obstétrica. Eu só vou ter esse entendimento que eu sofri violência obstétrica no parto da minha filha, depois que eu perco meu filho, tenho meu filho assassinado, depois que eu começo a ouvir outras mulheres, outras mães e aí ouço relatos como esse que eu vivenciei, e aí, o que eu entendo, que eu, sabe? Então, são diversas violências pelo fato de a gente ser uma mulher negra, pelo fato de a gente ser um corpo preto, e muitas vezes a gente não entende. A gente foi procurada por pessoas que pediram para a gente acolher uma mãe aqui em Mangueiras mesmo. E aí, quando a gente chegou, essa mãe falou assim: “ah, eu

conheço, acompanho o movimento de vocês pela rede social”. Ela falou assim: “não, mas o meu filho não tem nada a ver. O meu filho não foi morto pela polícia”. E a gente falou: “não, mas o seu filho, ele é uma vítima do Estado também”. O filho dessa mãe, ele foi preso, e dentro do sistema prisional adquiriu tuberculose. Ele não teve acesso aos remédios, às medicações, a um tratamento que deveria ter tido. E ela fala para a gente, ela contou para a gente que entregaram ele para ela pesando 37 quilos. Ele saiu, ficou um pouco no hospital e morreu no dia do aniversário dela. E aí, então, a gente teve que ter uma longa conversa, né? Ela participou de algumas rodas de conversa de mães, até mesmo na Providência, a gente foi convidada para estar, aí convidamos ela para ir também, (...) e ela foi entendendo que a violência do Estado não vem só através da bala da arma do policial, vem de diversas formas, e que o filho dela também foi uma vítima da violência do Estado, do descaso do Estado. Então, a gente acaba aprendendo isso através da luta e passando, passando essa consciência também para outras mães, para que elas também possam compartilhar com outras mães, né, que a gente está passando por uma violência. É por isso que o acesso ao ensino de qualidade para nós é sempre tão difícil, né? É como se houvesse um impedimento mesmo para que a gente acesse uma educação de qualidade. Porque eles sabem que, acessando o conhecimento, a gente vai acessar nossos direitos. Porque a gente só luta quando a gente conhece, a gente sabe pelo que a gente precisa lutar. Então, eles estão muito bem organizados para tudo isso que está acontecendo, para essa escravidão contemporânea, mas a gente precisa unir forças e lutar contra tudo isso. E que as mães possam conviver com seus filhos, que os filhos possam crescer, tendo sonho, sonhando, sorrindo, livres, né? Que os nossos filhos possam ser livres, que os nossos filhos possam ter o direito de ir e vir, né, sair de casa e poder voltar. Na verdade, eu acho que a gente pede tão pouco, né, mas é isso, para nós, nada nunca veio fácil, né, sempre foi tudo com muita luta, então a gente precisa continuar nessa luta aí.

Agradecimentos

Renata:

Ana Paula, eu queria agradecer muito, muito, porque essa entrevista foi uma aula. Eu aprendi muito agora te ouvindo e tenho certeza de que nossos leitores também aprenderão. Você traz para a gente um conhecimento fantástico, que teve uma origem tão cruel, tão dolorida, e você transforma isso, você ouve, você junta essa dor, produz um conhecimento e compartilha conosco. A revista agradece mais uma vez a sua disponibilidade de estar aqui compartilhando. Torcemos para que mais movimentos se integrem e, de fato, possa ter essa mudança tão desejada, não só no sistema, mas na nossa sociedade, nas escolas. Muito obrigada, Ana Paula!

MOVIMENTOS DE LUTA POR JUSTIÇA, APRESENTADOS NA ENTREVISTA

Mães de Acari (1990)
Candelária Nunca Mais! (1993)
Movimento Posso Me Identificar? (2003)
Movimento Moleque (2003)
Rede Contra Violência (2004)
Mães de Maio de São Paulo (2006)
Casa Mãe Mulher (2011)
Fórum Grita Baixada (2012)
Coletivo Mães de Manguinhos (2013)
Mães da Maré (2014)
Mães Sem Fronteiras do Chapadão (2014)
Mães do Curió (2015)
Mães do Ceará (Chacina de Messejana) (2015)
Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado (2016)
Frente Estadual pelo Desencarceramento (2017)
Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense (2017)
Mães de Maio do Nordeste (2018)
Parem de Nos Matar (2019)
Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) (2019)
ADPF das Favelas (2020)
Mães do Jacarezinho (2021)
Fórum Popular de Segurança Pública (2022)

Resumo A entrevista com Ana Paula Oliveira, fundadora do Movimento Mães de Manguinhos – favela situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, BR – traz o relato de seu sofrimento enquanto uma mãe que perdeu seu filho pela ação violenta do Estado do Rio de Janeiro, em 2014. Todavia, não se trata tão somente do relato de uma tragédia individual, mas da transformação do luto em luta, rompendo com a condição de vitimizada e de silenciamento. A entrevistada compartilha a força de quem resiste, de quem não se intimida e utiliza o próprio sofrimento para acolher e prevenir o sofrimento de outras mães que passam por situações de luto semelhante em várias regiões do Brasil. É se juntando a outras mães e a outros movimentos sociais, com a força de quem tem coragem de aprender e transformar, que encontra algumas respostas à sua pergunta: “Porque a polícia matou meu filho?”

Palavras chave: luto, ação violenta do Estado, movimentos sociais, juventude .

Duelos y luchas: relatos de una madre sobre sus luchas por justicia, a partir de la muerte de su hijo por el accionar violento del Estado de Río de Janeiro - Brasil

Resumen La entrevista con Ana Paula Oliveira, fundadora del Movimiento Mães de Manguinhos – *favela* situada en la zona norte de la ciudad de Río de Janeiro, Brasil – trae el relato de su sufrimiento como madre que perdió su hijo por el accionar violento del Estado de Río de Janeiro, en 2014. No se trata tan solamente del relato de una tragedia individual, sino de la transformación del duelo en lucha, rompiendo con la condición de victimizada y de silenciamiento. La entrevistada comparte la fuerza de quien resiste, de quien no se intimida y utiliza su propio sufrimiento para acoger y prevenir el sufrimiento de otras madres que pasan por situaciones de duelo semejantes en varias regiones de Brasil. Es juntándose a otras madres y a otros movimientos sociales, con la fuerza de quien tiene el coraje de aprender y transformar, que encuentra algunas respuestas a su pregunta: “¿Por qué la policía mató a mi hijo?”

Palabras clave: duelo, acción violenta del Estado, movimientos sociales, juventud.

Grief and struggles: reports from a mother about her struggles for justice, following the death of her son due to violent action by the State in Rio de Janeiro - Brazil

Abstract The interview with Ana Paula Oliveira, founder of Movimento Mães de Manguinhos – a *favela* located in the north zone of the city of Rio de Janeiro, BR – tells the story of her suffering as a mother who lost her son due to the violent action of the State of Rio de Janeiro, in 2014. However, it is not just the report of an individual tragedy, but the transformation of mourning into struggle, breaking with the condition of victimization and silence. The interviewee shares the strength of those who resist, of those who are not intimidated and use their own suffering to welcome and prevent the suffering of other mothers who go through similar grief situations in various regions of Brazil. It is by joining other mothers and other social movements, with the strength of someone who has the courage to learn and transform, that she finds some answers to her question: “Why did the police kill my son?”

Keywords: mourning, violent action by the State, social movements, youth.

DATA DE RECEBIMENTO: 01/02/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 19/02/2024



Ana Paula Oliveira

Mulher preta, cria da favela de Manguinhos, pedagoga, Mãe de Johnatha de Oliveira Lima que foi vítima letal da violência policial/2014, fundadora e coordenadora do Movimento Mães de Manguinhos, RJ, Brasil.



Renata Tavares da Silva Guimarães

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, no Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, Brasil. Editora assistente da Revista DESidades e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ).